

## LISTA DO PACOTE DA DESTRUIÇÃO NO CONGRESSO NACIONAL

(atualizada em 1º de junho de 2025)

| PROJETOS COM PRIORIDADE MÁXIMA                                      |   |
|---|---|
| <a href="#">PL 2159/2021</a>  | Institui a Lei Geral do Licenciamento Ambiental, que implode o licenciamento ambiental e a avaliação de impactos ambientais, priorizando o autolicensingamento e as isenções de licença. Aprovado no Senado em 21/05/2025.  |
| <a href="#">PL 364/2019</a>   | Inicialmente voltado a flexibilizar as regras dos campos de altitude na Mata Atlântica, foi ampliado e ameaça toda a vegetação nativa não-florestal.  |
| <a href="#">PEC 03/2022</a>   | Retira a propriedade exclusiva da União sobre os Terrenos de Marinha (privatiza praias).  |
| <a href="#">PEC 48/2023</a>   | Acrescenta o marco temporal no art. 231 da Constituição Federal, ferindo direitos fundamentais das populações indígenas.  |
| <a href="#">PL 510/2021</a> e <a href="#">PL 2633/2020</a>          | Flexibilizam as normas sobre regularização fundiária e contribuem para a impunidade e a consolidação do desmatamento.   |
| PRINCIPAIS PROJETOS DO PACOTE DA DESTRUIÇÃO ORGANIZADOS POR TEMAS   |   |
| 1. DESMATAMENTO   |   |
| 1.1 Flexibilização das normas sobre regularização fundiária         |   |
| <a href="#">PL 510/2021</a> e <a href="#">apensado PL 2633/2020</a> | Facilitam a regularização de terras públicas federais invadidas, ampliando o limite de área sem vistoria prévia para até 2.500 hectares, permitindo titulação por licitação mesmo sem ocupação consolidada, estendendo o marco temporal para ocupações ilegais até 2014 e autorizando a regularização de quem já foi beneficiado anteriormente. |
| 1.2 Flexibilização do Código Florestal e da Lei da Mata Atlântica   |   |
| <a href="#">PL 2374/2020</a>  | Propõe a ampliação do marco temporal para regularização de áreas consolidadas em Reserva Legal, permitindo que desmatamentos ocorridos até maio de 2012 sejam regularizados mediante  |

|                                     |  |
|-------------------------------------|--|
|                                     | compensação em dobro da área desmatada.  |
| <a href="#"><u>PL 1282/2019</u></a> | Autoriza a construção de reservatórios para irrigação em Áreas de Preservação Permanente (APPs).   |
| <a href="#"><u>PL 2168/2021</u></a> | Classifica obras de infraestrutura de irrigação e dessedentação animal como de utilidade pública, permitindo intervenções em APPs para construção de barragens e outras estruturas relacionadas.   |
| <a href="#"><u>PL 686/2022</u></a>  | Permite o corte de vegetação secundária em propriedades rurais sem a autorização prévia dos órgãos ambientais.   |
| <a href="#"><u>PL 36/2021</u></a>   | Amplia o prazo para que os pequenos agricultores se inscrevam no CAR e façam jus aos benefícios do Programa de Regularização Ambiental (PRA). No curso de sua tramitação, o texto do PL foi ampliado e passou a incluir um conjunto bastante negativo de alterações no Código Florestal. |
| <a href="#"><u>PL 364/2019</u></a>  | Afeta vegetações não florestais associadas ao bioma Mata Atlântica, retirando sua proteção. Inicialmente voltado a flexibilizar as regras dos campos de altitude na Mata Atlântica, o texto do PL foi ampliado e ameaça toda a vegetação nativa não florestal.                           |
| <a href="#"><u>PL 2250/2025</u></a> | Altera a Lei da Mata Atlântica para permitir a supressão de vegetação secundária em estágio avançado de regeneração para fins de loteamento ou de edificação.  |
| <a href="#"><u>PL 3334/2023</u></a> | Reduz a proteção de Reservas Legais em municípios com mais de 50% de seu território ocupado por unidades de conservação da natureza de domínio público, permitindo novos desmatamentos.  |
| <a href="#"><u>PL 3511/2019</u></a> | Flexibiliza as regras referentes ao Programa de Regularização Ambiental (PRA).   |

| <b>1.3 Flexibilização de outras normas ambientais</b>                              |   |
|--|---|
| <a href="#"><u>PL 1814/2025</u></a>  | Estabelece que a responsabilização por infração ambiental e o embargo cautelar de áreas em propriedades ou posses rurais dependem de vistoria presencial realizada pelo agente autuante. Busca dificultar o uso de tecnologia remota na fiscalização ambiental. |
| <a href="#"><u>PL 2420/2021</u></a>  | Autoriza o programa de ampliação e regularização de Unidades de Conservação Federais, incluindo a possibilidade de categoria “mista”, o que abre brechas para redução de proteção.  |
| <a href="#"><u>PL 1406/2024</u></a> e apensado <a href="#"><u>PL 4157/2024</u></a> | Altera a Política Nacional sobre Mudança do Clima (PNMC) para incluir vedação a acordos internacionais que imponham restrições comerciais ao Brasil, sob a justificativa de discriminação ambiental.  |
| <a href="#"><u>PL 1331/2022</u></a>  | Autoriza a pesquisa e lavra de recursos minerais em terras indígenas homologadas ou em processo de demarcação.  |
| <a href="#"><u>PL 3927/2024</u></a>  | Estabelece critérios para conceder incentivos fiscais e terrenos públicos a empresas do setor agroindustrial.   |
| <a href="#"><u>PL 3087/2022</u></a>  | Altera o decreto de criação do Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque (AP) para permitir a criação do “Distrito Parque de Vila Brasil”, o que implica a redução da área protegida.  |
| <a href="#"><u>PL 337/2022</u></a>   | Exclui o Mato Grosso da Amazônia Legal, o que gerará grande aumento do desmatamento.  |
| <a href="#"><u>PLP 223/2024</u></a>  | Atribui ao Congresso Nacional a competência de criar Unidades de Conservação da Natureza.   |
| <b>2. LICENCIAMENTO AMBIENTAL</b>  |   |
| <a href="#"><u>PL 2159/2021</u></a>  | Institui a Lei Geral do Licenciamento Ambiental, que implode o licenciamento ambiental e a avaliação de impactos ambientais, priorizando o autolicensing e as isenções de   |

|  |   |
|--|---|
|  | licença. Representa o maior retrocesso na política ambiental brasileira em quatro décadas. Aprovado no Senado em 21/05/2025.  |
| <a href="#">PL 4994/2023</a>   | Reconhece a BR-319 como infraestrutura crítica e determina a sua trafegabilidade como prioridade nacional, o que pode acelerar obras de pavimentação sem o controle ambiental adequado, ameaçando ecossistemas sensíveis da Amazônia. |
| <a href="#">PLP 254/2023</a>   | Altera a Lei Complementar 140/2011 para delegar à Marinha o licenciamento ambiental de atividades náuticas. Fragiliza o controle em áreas costeiras e em ecossistemas sensíveis.  |
| <a href="#">PL 5822/2019</a> e apensado <a href="#">PL 2623/2022</a>       | Permitem lavras garimpeiras de pequeno porte em Florestas Nacionais. Abrem brecha para mineração em Unidades de Conservação de Uso Sustentável.   |
| <b>3. TERRAS INDÍGENAS, QUILOMBOLAS E POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS</b> |   |
| <a href="#">PEC 48/2023</a>  | Estabelece o marco temporal para a demarcação de terras indígenas. A proposta contraria a decisão do STF que considerou essa tese inconstitucional.   |
| <a href="#">PEC 59/2023</a>  | Transfere a competência para a demarcação de terras indígenas do Poder Executivo para o Congresso Nacional, politizando o processo e enfraquecendo a proteção dos direitos indígenas.   |
| <a href="#">PEC 10/2024</a>  | Permite aos indígenas produzirem e comercializarem livremente sua produção. Apesar de parecer positiva, a proposta abre brechas para a exploração econômica de terras indígenas por terceiros.  |
| <a href="#">PL 6093/2023</a>   | Condiciona o início do procedimento de demarcação à disponibilidade orçamentária e transforma o ato de homologação em Medida Provisória, entregando ao Congresso Nacional a palavra final sobre um direito originário e indisponível. |

|                                     |   |
|-------------------------------------|---|
| <a href="#"><u>PL 4740/2024</u></a> | Promove visão xenofóbica, considerando indígenas como “estrangeiros” para o acesso a direitos e políticas públicas. Afeta principalmente aqueles cujos territórios ancestrais foram divididos por fronteiras nacionais.                           |
| <a href="#"><u>PL 4039/2024</u></a> | Criminaliza as retomadas indígenas ao prever a suspensão dos processos de demarcação durante manifestações e ao impor indenizações por danos materiais, morais e lucros cessantes aos produtores rurais em áreas sobrepostas às Terras Indígenas. |
| <a href="#"><u>PL 1942/2022</u></a> | Dispõe sobre o procedimento para a identificação, a delimitação, o reconhecimento e a titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.   |
| <a href="#"><u>PDL 47/2025</u></a>  | Susta o decreto que regulamentou o poder de polícia da FUNAI, retrocedendo em conquista dos povos indígenas determinada pelo STF e regulamentada pela União para garantir fiscalização, prevenção e retirada de invasores de terras indígenas.    |
| <a href="#"><u>PDL 68/2025</u></a>  | Anula a Portaria MMA/MDA 1.309/2025, que dispõe sobre os procedimentos administrativos para reconhecer e regularizar o uso e a ocupação tradicional em áreas de florestas públicas federais não destinadas, localizadas na Amazônia Legal.        |
| <b>4. ENERGIA</b>                   |   |
| <a href="#"><u>PL 4051/2023</u></a> | Propõe incluir os empreendimentos a carvão mineral do Rio Grande do Sul no Programa de Transição Energética Justa (TEJ), permitindo a prorrogação de contratos de usinas termelétricas e a manutenção de subsídios até 2040.                      |
| <a href="#"><u>PL 3266/2021</u></a> | Permite a exploração de energia renovável em até 30% da área de   |

|  |  |
|--|--|
|  | assentamentos da reforma agrária. Abre brecha para a entrada de empresas no território da agricultura familiar, desvirtuando a função social dos assentamentos e favorecendo a mercantilização da terra.                               |
| <b>5. OCEANO E ZONA COSTEIRA</b>   |  |
| <a href="#">PEC 03/2022</a>  | Privatização das praias. Transfere dos entes federados a propriedade de terrenos de marinha e seus acrescidos, eliminando a cobrança de foro, taxa de ocupação e laudêmio.   |
| <a href="#">PL 4444/2021</a>   | Privatiza 10% das faixas de areia de todos os municípios costeiros para uso limitado a empreendimentos turísticos como hotéis, parques privados, clubes, marinas ou outros.  |
| <a href="#">PL 2381/2021</a>   | Acaba com a Reserva Extrativista de Canavieiras para criar a Área de Proteção Ambiental de Canavieiras, no estado da Bahia. Com isso, reduz o grau de proteção ambiental.  |
| <a href="#">PL 849/2025</a>  | Reduz a Área de Proteção Ambiental da Baleia Franca, no estado de Santa Catarina.  |
| <a href="#">PL 4245/2019</a>   | Reduz os limites da Reserva Extrativista Prainha do Canto Verde, no estado do Ceará.   |
| <b>6. INFRAESTRUTURA HÍDRICA</b>   |  |
| <a href="#">PL 4546/2021</a>   | Institui a Política Nacional de Infraestrutura Hídrica, alterando leis sobre gestão das águas para introduzir no Brasil o mercado da água, prejudicando o uso sustentável.   |
| <b>7. FINANCIAMENTO</b>  |  |
| <a href="#">PL 10273/2018</a> e <a href="#">apensados PL 4823/2019</a> , <a href="#">PL 6096/2019</a> e <a href="#">PL 4512/2021</a> | Restringem a incidência da Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental (TCFA) apenas às atividades licenciadas pela União, limitando a cobrança a uma única atividade por contribuinte, independentemente do número de estabelecimentos. |